

ATA Nº3 – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 28 de Junho de 2013

No dia vinte e oito de Junho do ano de dois mil e treze, pelas catorze horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Discussão e votação da ata da 2ª sessão ordinária realizada no passado dia 26 de abril de 2013;

2 – Expediente para conhecimento;

3 – Período Antes da Ordem do Dia;

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

4.2 – 2ª Revisão aos Documentos Previsionais – Ano Financeiro 2013.

4.3 - Informação relativa aos contratos de bens e serviços com encargos plurianuais autorizados pelo executivo, no âmbito de competência delegada pela Assembleia Municipal, em 25.06.2012.

4.4 – Designação de júri de recrutamento de Chefe de Ordenamento do Território, Obras Municipais e Recursos Operacionais, cargo de direção intermédia de 2º grau.

4.5 – AMAT/ Documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2012/Para conhecimento.

4.6 – EHATB / Relatório de Atividades e Contas relativo ao ano económico de 2012/ Para conhecimento.

4.7 – Contrato-Programa entre EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso. EIM, SA e Município de Montalegre.

5 – Período após a ordem do dia.

Efetuiu-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e nove membros. Não compareceram à chamada os deputados Fernando Calvão, Luís Carril, Guilhermina Costa, Sandra Carvalho, Clotilde Gomes, Domingos Vasconcelos, Rui Alves, Sónia Fernandes, Márcio Azevedo, Alda Malho, António Cascais, Pedro Giesteira, Jorge Fernandes, José Acácio Moura, António Miranda, António Dias, Manuel Gonçalves, João Silva, Paulo Pinto e João Santos.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Fernando José Gomes Rodrigues, estiveram presentes os Vereadores António Gonçalves Araújo e Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Fernando Calvão, Luís Carril, Guilhermina Costa, Sandra Carvalho, Clotilde Gomes, António Eduardo Santos, Rui Alves, Sónia Fernandes, Francisco Surreira, Pedro Giesteira, Manuel Antunes, Ricardo Moura, Amadeu Fortunas, António Dias e Paulo Pinto.

Registando-se quórum, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou autorização à Assembleia para aditar dois pontos à ordem de trabalhos, a saber:

“Aditamento ao Regulamento de Alienação de Património Municipal – Fogos devolutos no Agrupamento Habitacional Ex-Car, Montalegre.”

“Proposta de autorização à amortização, pela EEA, das quotas, representativas de 48% do seu capital social, detidas pela FINERGE, pelo valor global de cinco milhões e cem mil euros, e nos demais termos e condições do negócio proposto por esta àquela, sob condição de se encontrarem preenchidos todos os pressupostos e de serem observados todos os requisitos de que a lei faz depender a mencionada amortização; / Proposta de autorização para que o pagamento da contrapartida da amortização seja efetuado com recurso a capitais próprios e/ou alheios, da EEA ou da EHATB, consoante o que se vier a revelar possível e/ou mais vantajoso.”

O Senhor Presidente da Câmara sobre a alteração do regulamento das casas do Bairro do Crasto disse que se prende com um caso concreto que não tem solução com o regulamento vigente. É o caso de uma casa que foi entregue à Câmara, mas sofreu uma beneficiação superior ao valor atribuído à casa. Não seria justo pôr esta casa a sorteio. O que pede à Assembleia é que aprove a alteração de forma a que se arranje solução para este caso.

Sobre a tentativa de compra de parte de um parque eólico, que é o melhor do país, disse que é um parque com doze torres, onde 48% do capital é da EHATB e 52% é da FINERGE. Nestes dois últimos anos a Finerge manifestou interesse em vender. Apareceu uma empresa interessada em comprar por 5 milhões e 100 mil euros. Depois de analisada a proposta, viu-se que este valor era pago

em três anos e foi-se fabricando a proposta por parte das autarquias do Alto Tâmega. Hoje há o entendimento com a Finerge, mas já se anda há muito tempo a analisar a lei para que este negócio se concretize.

Disse que a única solução para a compra é a amortização da quota na EEA. Depois de várias dificuldades ultrapassadas falta um último desafio que é o Tribunal de Contas dar aval a este negócio.

Deliberação: Aprovado por unanimidade o aditamento destes dois pontos à ordem de trabalhos.

1 – Discussão e votação da ata da 2ª sessão ordinária realizada no passado dia 26 de abril de 2013.

A ata da sessão ordinária do dia 26 de abril de 2013 foi posta à consideração, tendo o deputado Acácio Gonçalves apresentado um protesto.

O deputado Acácio Gonçalves disse que há interferência de uma pessoa estranha a esta assembleia na ata e não pode concordar com isso. A Mesa tem secretários que têm o dever de fazer a ata e não de a mandar fazer a terceiros. Disse que a pessoa que elabora as atas continua a teimar no assunto da compra e da venda dos submarinos. O que lhe importa é o que fica transcrito nas atas e acabar com a discussão.

Disse ainda que essa terceira pessoa disse que era “responsável pela elaboração das atas” e ele pergunta quem é que a nomeou.

Apresenta um voto de protesto no sentido de que a intervenção de terceiros na elaboração das atas não deve ser permitida pois ninguém os nomeou para isso.

O senhor Presidente da Assembleia disse que quem elabora as atas é a funcionária da Câmara Manuela Pedreira e que ela disse que se fosse necessário confrontar as gravações com o que foi escrito, que se fazia para que não houvesse mais dúvidas acerca do assunto. Para se evitarem mais confusões, pediu que entregassem as intervenções por escrito.

Posta a votação, a ata foi aprovada por unanimidade com o protesto do deputado Acácio Gonçalves.

2 – Expediente para conhecimento.

Não foi recebido expediente.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para intervir os deputados Mário Mendes, Acácio Gonçalves, Francisco Surreira, Pedro Barroso e Ricardo Moura.

O deputado Mário Mendes disse que o défice está em 10,6% e isso é catastrófico, mas não é esse o motivo da sua intervenção. Falou da Borralha

que recebeu um deputado europeu que saiu de lá radiante com o trabalho que a Câmara Municipal de Montalegre está a desenvolver nas Minas da Borralha. É com muito custo que o Município de Montalegre tem vindo a edificar a história da Borralha. Hoje, estas minas pertencem ao roteiro das minas de volfrâmio e espera que esta obra continue para brio de todos os barrosões.

O referido deputado foi presidente do Município de Vila Verde, distrito de Braga, e conhecia bem as histórias destas minas pois foi muita gente da Borralha viver para lá.

O deputado Acácio Gonçalves disse que não entende como é que o dia 9 de junho passou despercebido. Não houve nenhum tipo de comemoração. Dá a sensação que a sexta 13 passou a ser mais importante que o feriado municipal. Já na comemoração de Salto a vila, não viu ninguém, nem o Presidente da Câmara lá foi.

Perguntou sobre a Quinta da Veiga pois diz que deveria ser um assunto esclarecido. Perguntou o que é que a Câmara pretende fazer com aquele espaço porque a palavra do Presidente ainda é ouvida. Não há explicações e a Câmara tem que fazer diligências.

Finalizou dizendo que quando se dá 160 mil euros para a organização da sexta 13, se deveria dar 16 mil euros para as comemorações do dia do Município.

O deputado Francisco Surreira perguntou se é permitido andar a cavalo no parque do rio. Se é proibido, deveria ser lá colocada uma placa de proibição. Perguntou ainda quem é o representante da Câmara no Matadouro.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Exmos. Sr. Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, caros colegas. A minha intervenção vai incidir sobre três aspetos: 1º- Na última Assembleia Municipal o meu colega deputado Ricardo Moura, cujas intervenções eu costumo apreciar, teceu algumas considerações para com a Junta de Freguesia de Meixedo e para com os habitantes desta freguesia que não foram corretas, sobretudo por não terem fundo de verdade.

Acusou o Presidente da Junta de não entregar os cadernos eleitorais, quando já lhe teriam sido pedidos duas vezes no início de 2013. Ora, como isto não corresponde à verdade espero aqui um pedido de desculpas público. Na realidade o único pedido formal, conforme documento que me foi confiado hoje pelo meu Presidente, ocorreu apenas em 3 de Maio passado e a Junta de Meixedo prontamente respondeu ainda durante o mesmo mês para a morada indicada no ofício. Pasmese, mas a carta foi devolvida ao remetente (Junta de Meixedo), por morada incorreta ou insuficiente e os cadernos tiveram de ser entregues pessoalmente e depois de várias diligências. Todos estes documentos estão aqui e podem comprovar a situação.

Parece que quem não está a ser sério e a brincar com isto é a concelhia do Partido Socialista, da qual não sei se o Sr. Ricardo Moura faz parte.

2º- Há mais de um ano atrás fui nomeado para um Conselho Municipal da Juventude, órgão que desconheço se existe na prática, pois nunca fui convocado para qualquer reunião. Têm sido tomadas decisões por este município no âmbito da juventude, nomeadamente através do suporte do

conselho municipal da educação, mas nunca o órgão consultivo de que eu faço parte foi inquirido. Pelo menos que eu tenha conhecimento. Afinal para que serve esse Conselho da Juventude?

3º - Na última Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara, acossado pelo legado negro que vai deixar, patente na intervenção que fiz, e para a qual não teve respostas ou justificação, foi buscar factos ocorridos há quase 10 anos para me tentar atingir pessoalmente. Ora, como disse na altura, a questão que levantou é pública e por isso estou de consciência tranquila. No entanto, como a minha vida política (ao contrário da de outros) é um livro aberto e sem nada a esconder, e como afirmou que me tinha filiado no PS para me candidatar à Junta de Meixedo, o que não corresponde minimamente à verdade, venho expor o seguinte:

Em determinado período da minha vida, como jovem estudante universitário, identificava-me muito com os ideais de esquerda, vulgarmente designados de "socialistas". Esta situação é muito comum na juventude universitária pois é a idade da rebelião, dos ideais revolucionários e libertários. Quase todo o estudante universitário vive essa fase de sonhos e ilusões de um mundo igual para todos (sobretudo nos direitos). O Sr. Presidente pode não ter conhecimento desta situação pois ainda é do tempo em que se podia ser professor sem ter de frequentar uma universidade.

Por essa altura, houve um Primeiro-ministro em Portugal que personificava bem os ideais socialistas e com o qual eu me identificava. Era uma pessoa séria e um dos poucos governantes verdadeiramente socialistas que o país teve, falo de António Guterres. Pelos vistos não foi o melhor dos governantes, mas talvez até terá sido um dos menos culpados.

Foram estes os dois motivos (além do facto de em Portugal para se fazer alguma coisa se ter de estar ligado a um partido) que me fizeram filiar no PS, diretamente com Lisboa e não com a concelhia de Montalegre pois eu nunca me identifiquei com o Sr. Presidente e com a sua governação nada socialista. A melhor prova disso é que nunca votei PS em Montalegre.

Quando saí da Universidade e por motivos de trabalho conheci o Eng. Adelino, a exercer funções no Ministério da Agricultura. Conversámos algumas vezes e depressa percebi que tínhamos uma visão comum sobre o que devia ser o desenvolvimento e futuro do nosso concelho, assente na vertente agrícola, aspeto que continuo a defender. Também considero que, ainda hoje, o Eng. Adelino seria um excelente presidente da Câmara de Montalegre, 10 vezes melhor que o Senhor.

O Eng. Adelino, a determinada altura, talvez demonstrando acreditar nas minhas ideias e capacidades, desafiou-me a assumir a candidatura à minha Junta de Freguesia. Como pessoa e político sério que sou falei-lhe abertamente da minha filiação partidária. Disse-lhe que não poderia aceitar tal convite sem falar com o "meu" partido e foi nesse sentido de honestidade e responsabilidade que vim falar com o Sr. Presidente da Câmara. Outros não o fariam, rasgavam o cartão e pronto!

Eu vim falar abertamente consigo e não lhe vim pedir o lugar de Presidente da Junta. Mas logo percebi que consigo não podia haver essa abertura. O Sr. mandou-me falar com a pessoa da sua confiança em Meixedo que me propôs, em tom de gozo e de menosprezo pela minha pessoa, o último lugar da lista.

Nesta situação o que a maioria das pessoas faria? Eu pesei bem as duas situações: considerava que podia ser uma mais-valia para a minha freguesia e queria ajudar o meu concelho. Foi para isso que estudei e por isso me tenho mantido por cá, por muito que isso custe a certas pessoas!

Aceitei o desafio do Eng. Adelino e do PSD mas não o poderia fazer como militante de outro partido, pois não me sentiria bem com a minha consciência, e assim pedi a desvinculação. Como lhe disse na anterior assembleia municipal, o tempo mostrou-me que foi a minha melhor decisão política até hoje e por isso lhe quero agradecer por me ter ajudado.

O socialismo é muito bonito como ideologia mas na prática é só fachada. Mas não foi para discutir ideologias que fiz esta intervenção mas sim para repor a verdade sobre os factos referidos. E dada a transparência da minha intervenção aproveitei para lhe questionar como foi que o Sr. mudou de partido? Como do MES chegou ao PS. No seu tempo foi para poder ser candidato à Câmara? Assinado, o deputado Pedro Barroso”.

O deputado Ricardo Moura disse que ainda há dias esteve em Montalegre o Ministro da Solidariedade Social a falar no assunto da Quinta da Veiga e os Barrosões podem estar sossegados que o Presidente da Câmara de Montalegre sabe muito bem o quer fazer daquele espaço.

É como o caso da EHATB que tem objetivos bem definidos e bem traçados. Julga que todas as pessoas deviam ajudar a que este negócio se concretize pois vale a pena apostar nos parques eólicos.

O Senhor Presidente da Câmara disse que esta assembleia começou, lamentavelmente, pela situação desastrosa em que se encontra o País: 10,6% de défice. Todos nos lembramos o que os senhores do atual Governo disseram quando houve um défice de 10% na governação socialista e agora o que é que se pode dizer. É uma desgraça. Se não temos mudado de políticos, se mantivéssemos a política corajosa que batesse o pé à União Europeia, que impedisse a direita de se entregar à Troika, com certeza que poderíamos ter hoje um défice de 10% mas não tínhamos 20% de taxa de desemprego, nem tantos jovens a ir para o estrangeiro, nem tanta desgraça social, tanta miséria e nem tanta falta de esperança como temos hoje.

Sobre a visita do euro deputado, disse que não é um euro deputado qualquer. É um destacado dirigente do PSD mas foi um Presidente de Câmara que tem conhecimento dos problemas do poder local e das pessoas em concreto. E o facto de vir a uma zona fora da sua intervenção para conhecer o projeto das Minas da Borralha é realmente honroso e também uma forma de trabalho e dedicação do euro deputado.

Sobre a Borralha, disse que foi o maior polo populacional que Montalegre teve e foi o maior empregador do distrito de Vila Real. Mas houve muitas mentiras e falcatruas que arruinaram o negócio. Isto numa altura em que o PS começou a governar os destinos dos Barrosões. Contra a vontade da Câmara, fizeram-se negócios que arruinaram a aldeia, que trouxeram a fome e a miséria ao concelho de Montalegre.

A Câmara socialista, comprou as casas e entregou-as aos seus moradores, depois deu-lhes apoio para beneficiarem as casas, fez o saneamento e as redes

de água, fez as ruas e agora está a cuidar da história, do património e da memória para servir de dinamismo à economia local e ao emprego.

Disse que o 9 de junho é o feriado municipal e isso não é motivo de debate. Tanto que ainda é mantido, contrariamente ao que fez o Governo com datas importantes da história da nossa cultura com a participação do CDS. Não vale a pena fazer folclore. É preciso dar também valor às coisas.

Disse que a Câmara de Montalegre podia ter sete políticos no executivo, mas como só tem três, não podem estar em todo o lado. O nosso concelho vizinho, Boticas, que é tão elogiado, tem cinco vereadores a tempo inteiro.

Disse que já andava desconfiado que alguém anda a tentar tramar o povo de Montalegre. Mas não vão conseguir porque a Quinta da Veiga é da Câmara. É porque foi entregue por um governante socialista e é porque a lei assim o define. Neste momento decorre uma ação em tribunal para obrigar o Estado a transferir a Quinta da Veiga para o Município de Montalegre.

Disse que pensa que o que deverá ser lá feito é manter a memória agrícola da Quinta da Veiga e ter o pólo agrícola do Ecomuseu de Barroso, recuperando aquele património que lá está, pôr pesca desportiva no lago, mas ter também uma área de aproveitamento turístico e casar tudo isto com a escola da Cersi Montalegre.

Disse que por vezes aparecem assuntos caricatos nas assembleias, mas promete que vai estar mais atento aos cavalos e aos cães.

Disse que o representante da Câmara no matadouro é o Presidente da Câmara.

Disse que toda a gente sabe que há habilidades para que a correspondência que chega se diga que não se recebeu. Mas também toda a gente sabe que são desculpas de mau pagador.

Sobre o conselho da juventude, disse que foi pedido ao PSD e ao CDS alguém que fosse indicado, mas a carta também não chegou. Talvez esteja a direção errada ou seria devolvida.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados os deputados Ricardo Moura e Pedro Barroso.

O deputado Ricardo Moura disse que na última sessão da assembleia Municipal disse que alguma gente de Meixedo não quer ser séria. Disse que quem mandou os documentos a pedir os cadernos não foi ele, mas sim o Presidente da concelhia do PS Montalegre e tem provas com o registo dos CTT. Disse que acredita quando o Presidente da Junta de Meixedo diz que não recebeu as cartas. Só não acredita no artista que faz com que as cartas sejam devolvidas. Foram duas cartas, uma em janeiro e outra em fevereiro e há provas. Não são sérios e vão ser penalizados no dia 29 de setembro.

O deputado Pedro Barroso disse que se o Sr. Ricardo Moura tem elementos concretos sobre a questão em causa deve apresentá-los a esta assembleia, tal e qual ele fez. Não pode, simplesmente, vir para aqui acusar o Presidente da Junta de Meixedo e outras pessoas sem provas. E se há outras pessoas envolvidas deve ter a coragem de dizer os nomes.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveram-se para intervir os deputados Pedro Barroso e Ana Isabel Dias.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: “Em relação ao documento que nos foi entregue e lido pelo Sr. Presidente tenho algumas questões a levantar:

1º - Quanto é que realmente já foi gasto nas Minas da Borralha? Esse número era importante para cada um pensar se realmente foi um dinheiro bem empregue. No meu caso, acho que o nosso concelho já investiu demais em museus. Já fizemos bem a nossa parte nessa área com o Ecomuseu e os seus vários pólos. Investimos demasiado em museus que se tornam numa despesa enorme e sem o retorno económico esperado. Eu concordava que se apostasse tudo nos museus e recuperação da história e tradições se as necessidades fundamentais, como o saneamento básico, já estivessem salvaguardadas para toda a população. Por este caminho, daqui a pouco, Montalegre é na totalidade um museu, sem pessoas e sem vida. Há que mudar de paradigma e apostar tudo no tecido produtivo, como a agricultura.

2º - Há, de facto, muitas obras e atividades a decorrer ou a iniciar mas acho extraordinário que, em ano de eleições, tantas obras estejam atrasadas. Está a perder qualidades Sr. Presidente. Não há inaugurações previstas?

3º - Para quem está constantemente a dizer mal deste governo acho interessante que tenha sido este governo a avançar com 300 mil euros para projetos sociais no nosso concelho, que tem uma Câmara de partido contrário. Já quanto à CerciMonte, é um projeto que nos une a todos, mas surge-me a dúvida, se a antiga escola já não servia para o ensino normal será correto usá-la para o ensino especial? Com um pouco mais de investimento não seria melhor fazer um projeto de raiz no local? Se é provisório que utilidade terá depois o edifício, será para demolir?

A deputada Ana Isabel Dias disse que grande parte do investimento na área social deste concelho foi feito recorrendo ao programa PARES que é um programa de governos socialistas e do ex- Primeiro-ministro José Sócrates. Fomos contemplados com a visita do Sr. Ministro da Segurança Social que anunciou investimento na questão da CERCIMONTE mas no que respeita a investimento social, o Governo de direita só nos contempla com isto.

Felicitou o executivo pelo investimento da CERCIMONTE e acima de tudo pela valorização das terapias junto desta população, pois é uma população com deficiência. As famílias que têm estas crianças com esta problemática em casa é que dão valor ao que se está a fazer por eles. A necessidade de uma resposta efetiva nesta área era constante e de facto o nosso concelho tinha esta

carência e este Presidente, antes de ir embora, ter esta preocupação é de louvar.

Disse que graças aos apoios que a Câmara Municipal de Montalegre tem dado à Banda de Parafita, é que esta associação sobrevive. Disse que não é preciso receber prémios na República Checa para saber que é uma escola de excelência. Mas é sempre bom receber esses louvores para se reforçar o valor das instituições.

Sobre a questão da musealização do concelho, disse que temos a obrigação de respeitar a nossa identidade, pois a questão do imaterial e de quem somos, vende muito bem. Nós hoje somos, efetivamente aquilo que nos deixaram e tem que haver investimento nessa área. É melhor perguntar-se à população da Borralha se acha que é muito dinheiro que é lá investido ou se preferem ficar lá ao abandono.

O Senhor Presidente da Câmara disse que quando se começou a pensar no Ecomuseu de Barroso ouviram-se as críticas mais disparatadas e disse, com alguma vaidade, se não fosse a sua eleição sucessiva como presidente de Câmara, não haveria Ecomuseu de Barroso. Hoje toda a gente reconhece o mérito deste projeto.

Disse que os fundos comunitários não são um saco onde se pode ir lá buscar dinheiro. Há dinheiro em gavetas e só no âmbito de cada gaveta é que pode ser gasto. Disse que o trabalho que está a ser feito na Borralha está a ser feito, primeiro de tudo porque faz falta, porque é um polo extraordinário da memória mineira do nosso concelho e principalmente porque a história e a cultura promovem a economia. Trata-se de um património único no país. Temos um arquivo para investigação universitária à qual atribuem a maior importância. Disse que o arquivo das minas é do melhor que há, assim como a fundição que é também das únicas no país e é a primeira máquina a vapor industrial que veio para Portugal. Se isto não é suficiente para o Município não olhar para aquilo, então não sabemos o que andamos a fazer. Conseguimos inserir esta obra no PRODER depois de muita persistência. Mais nenhum município do Alto Tâmega tem lá muitas obras contempladas. É financiado 1 milhão e 500 mil euros a 85%.

Falou da necessidade de avivar a memória e a deputada Ana Isabel Dias falou de um emblema que é de esquerda, que é do Partido Socialista. Ainda há dias vinha noticiado no Correio da Manhã que o Lar de Cabril foi começado por um Governo Socialista e veio depois um Governo de direita que o parou durante anos. Foi preciso esperar-se por outro Governo do PS para recomeçar a obra e para se criarem lá vinte e sete postos de trabalho.

Disse que foi também um Governo socialista que pagou o lar de Salto e foi uma câmara socialista que complementou o pagamento do lar de Salto.

Foi ainda um Governo e Câmara socialistas que complementaram a excelente obra da Misericórdia de Montalegre. Mas deviam ainda olhar para o apoio social do concelho e todas as instituições que prestam esse apoio foram criadas pela Câmara socialista de Montalegre.

Reconheceu que há alguns atrasos nas obras. A Câmara tem capacidade financeira e as obras não andam. Falta alguma capacidade técnica administrativa. E o custo da transparência obriga a burocracias difíceis de contrariar.

Para fazer uma escola nova para pôr a funcionar a CERCI, teríamos que primeiro saber se o protocolo seria aprovado ou não. Fazer uma escola nova custa 1 milhão de euros e não há financiamento para a obra e a Câmara não tem essa disponibilidade financeira. A Câmara pode e deve começar já, mas para isso só há uma hipótese que é a de gastar 150 mil euros para adaptar, provisoriamente, o espaço do ciclo velho às necessidades. Temos que dar o pontapé de saída e ajudar as crianças.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2 – 2ª Revisão aos Documentos Previsionais – Ano Financeiro 2013

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.3 - Informação relativa aos contratos de bens e serviços com encargos plurianuais autorizados pelo executivo, no âmbito de competência delegada pela Assembleia Municipal, em 25.06.2012.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.4 – Designação de júri de recrutamento de Chefe de Ordenamento do Território, Obras Municipais e Recursos Operacionais, cargo de direção intermédia de 2º grau.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Acácio Gonçalves.

O deputado Acácio Gonçalves disse que a designação do júri poderia ser extensiva a pessoas de fora porque pelo menos demonstraria um carácter de imparcialidade e transparência. Perguntou qual o procedimento concursal a respeitar.

O Senhor Presidente da Câmara disse que por lei a Câmara teve que alterar o organigrama da Câmara e deixamos de ter diretores de departamento e menos uma divisão. Houve uma nomeação provisória mas findo o prazo da nomeação provisória tem que se avançar com o concurso. Concurso esse que a assembleia já aprovou e que a lei prevê.

Disse que o júri podia ser outro, mas a Câmara tem essa capacidade e os membros têm competência para decidir quem vai ser o chefe de divisão das obras.

Deliberação: Aprovado por maioria com um voto contra.

4.5 – AMAT/ Documentos de Prestação de Contas referentes ao ano de 2012/Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.6 – EHATB / Relatório de Atividades e Contas relativo ao ano económico de 2012/ Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.7 – Contrato-Programa entre EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso. EIM, SA e Município de Montalegre.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.8 – Aditamento ao Regulamento de Alienação de Património Municipal – Fogos devolutos no Agrupamento Habitacional Ex-Car, Montalegre.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

4.8 – Autorização à amortização, pela EEA, das quotas, representativas de 48% do seu capital social, detidas pela FINERGE, pelo valor global de cinco milhões e cem mil euros, e nos demais termos e condições do negócio proposto por esta àquela, sob condição de se encontrarem preenchidos todos os pressupostos e de serem observados todos os requisitos de que a lei faz depender a mencionada amortização; / Autorização para que o pagamento da contrapartida da amortização seja efetuado com recurso a capitais próprios e/ou alheios, da EEA ou da EHATB, consoante o que se vier a revelar possível e/ou mais vantajoso.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

Deliberação: Aprovado por unanimidade.

5 – Período após a ordem do dia

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público que não quis intervir.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do n.º 1 do artigo 92º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Joaquim Lopes Pires

O 1º Secretário

Manuel António Silva Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas